



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER

**AÇÕES EDUCACIONAIS DO NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS DA UFPB (2007-2015): CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ**

JOÃO PESSOA
2018

ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER

**AÇÕES EDUCACIONAIS DO NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS DA UFPB (2007-2015): CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, com aprofundamento na área de Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães
Carvalho

JOÃO PESSOA
2018

Ferrer, Rossana Farias Queiroz.

Ações educacionais do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (2007-2015): construindo uma cultura de paz / Rossana Farias Queiroz Ferrer. – João Pessoa: UFPB, 2018.

51 f. ; il.

Orientador: Maria Elizete Guimarães Carvalho
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação – história. 2. NCDH. 3. NCDH – ações educacionais. I.
Título.

UFPB/CE/BS

CDU:

ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER

**AÇÕES EDUCACIONAIS DO NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS DA UFPB (2007-2015): CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ**

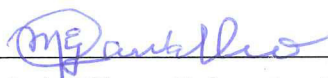
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia, com aprofundamento na área de
Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Monografia aprovada em: 05 / 11 / 2018.

CONCEITOS:

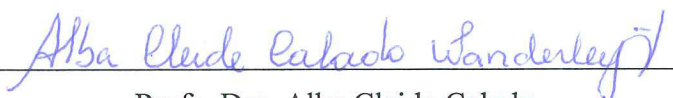
- ☒ Aprovada com distinção
- ☐ Aprovada com restrições
- ☐ Aprovada com restrições, recomendando, inclusive, reestruturação

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

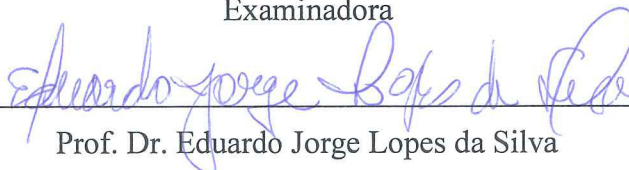
Orientadora



Prof.ª. Dra. Alba Cleide Calado

Wanderley

Examinadora



Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva

Examinador

JOÃO PESSOA

2018

Dedico este trabalho primeiramente a Jesus Cristo, a Ele toda a honra, toda a glória e todo o louvor, e a todos que sonharam comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo. A fé que eu tenho em Ti alimentou minhas forças, meu foco e minha disciplina. Agradeço por ter me permitido vivenciar grandes vitórias e em meio às lutas ter sido meu auxílio e direção. A Ele toda a honra, toda a glória e todo o louvor!

Aos meus pais, Edvaldo Oliveira e Jacy Farias, que com muito carinho e dedicação me proporcionaram o melhor da educação e por meio de seus exemplos me ensinaram a ser sempre melhor a cada dia e a lutar pelos objetivos. E aos meus familiares que sempre torceram por mim, dando apoio e celebrando as minhas alegrias.

Ao meu esposo, Marcos Tadeu, que me apoiou em todos os momentos, me dando apoio para vencer esta etapa da vida acadêmica. Amor que me impulsiona e me faz tão bem.

A todos os professores que contribuíram com a minha trajetória acadêmica, especialmente, à minha orientadora prof.^a Dr.^a Maria Elizete Guimarães Carvalho por acreditar em minhas potencialidades e exigir de mim muito mais do que eu imaginaria fazer. Manifesto aqui minha gratidão, meu carinho e admiração por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.

Aos meus amigos, Amanda, Bruna, Guthierry, Luziel, Maraiane, Márcia Isabella, Mariana, Mayara, Paulo Ricardo, Rayenne e Walquíria agradeço por todo amor, força, incentivo e apoio.

“A educação sobre direitos humanos é a chave para lutar contra as causas profundas de injustiça em todo o mundo. Quanto mais as pessoas sabem sobre seus direitos, e os direitos do outro na sociedade, melhor preparados estão para protegê-los”. Salil Shetty

RESUMO

O atual trabalho apresenta uma reflexão sobre as ações educacionais desenvolvidas pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (2007-2015), considerando seus percursos e suas práticas educativas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da construção de uma cultura de paz. As instituições educacionais em direitos humanos possuem uma relevância inegável para a comunidade onde estão inseridas, observando sua atuação educativa pela realização de direitos e contra violações, como é o caso do NCDH. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que proporcionou um diálogo híbrido entre fontes documentais e bibliográficas, tendo como foco as ações educacionais do Núcleo. A metodologia possibilitou um diálogo entre essas fontes, promovendo uma discussão reflexiva sobre as práticas educacionais desenvolvidas, bem como, permitindo interfaces entre história e direitos humanos. Foram contemplados os diálogos com os estudos de Le Goff (2003), Hobsbawn (1995), Magalhães (2004), Carvalho (2009), entre outros, e com documentos como: o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH-3 e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Também foram encontrados documentos legais como resoluções de criação e organização do NCDH, relatórios de atividades, produções acadêmicas, projetos de pesquisa, grupos de estudos, além de fontes iconográficas. Por meio desses conhecimentos, constatamos as contribuições do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB para a comunidade acadêmica e sociedade, pois através de sua atuação possibilita a disseminação da educação em direitos humanos constituindo um importante instrumento de mediação para a transformação das relações entre os seres humanos, e destes com o mundo, de forma a subsidiar processos de afirmação como sujeitos em convivência com o outro.

Palavras-Chave: Ações Educacionais, Instituições Educacionais, Direitos Humanos, NCDH.

ABSTRACT

The present work presents a reflection on the educational actions developed by the Center for Citizenship and Human Rights of the UFPB (2007-2015), considering its paths and its educational practices in the scope of teaching, research and extension in the perspective of the construction of a culture of peace . The human rights educational institutions have undeniable relevance to the community where they are inserted, observing their educational action for the realization of rights and against violations, as is the case of the NCDH. It is a qualitative research that provided a hybrid dialogue between documentary and bibliographic sources, focusing on the educational actions of the Nucleus. The methodology enabled a dialogue between these sources, promoting a reflexive discussion about the educational practices developed, as well as allowing interfaces between history and human rights. The dialogues with the studies of Le Goff (2003), Hobsbawn (1995), Magalhães (2004), Carvalho (2009), among others, and with documents such as the National Human Rights Program 3 - PNDH-3 and the National Human Rights Education Plan. Legal documents were also found, such as resolutions to create and organize the NCDH, activity reports, academic productions, research projects, study groups, and iconographic sources. Through this knowledge, we verified the contributions of the Citizenship and Human Rights Nucleus of the UFPB to the academic community and society, because through its activities it facilitates the dissemination of human rights education, constituting an important instrument of mediation for the transformation of the relations between the human beings, and of these with the world, in order to subsidize processes of affirmation as subjects in coexistence with the other.

Key Words: Educational Actions, Educational Institutions, Human Rights, NCDH.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estrutura Organizacional do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos	28
Quadro 2. Perfis Extraídos dos Documentos	29
Quadro 3. Ações do NCDH / UFPB.....	31
Quadro 4. Parcerias do NCDH com Órgãos Nacionais e Internacionais.....	34
Quadro 5. Eventos do NCDH / UFPB (2007 - 2015).....	36
Quadro 6. Livros Publicados pelo NCDH (2007 – 2015).....	37
Quadro 7. Estrutura Curricular do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PGDH.....	40
Quadro 8 – Dissertações produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH (2014 – 2017).....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fachada da sede do NCDH/UFPB.....	26
Figura 2. Placa Inaugural do NCDH.....	26
Figura 3. Fachada da sala dos arquivo de documentos do extinto DOPS/PB...	29
Figura 4. Sala de Projetos e reuniões do PPGDH.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	17
2.1	DIREITOS HUMANOS: CONCEITUAÇÃO E TRAJETÓRIA.....	17
2.2	DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	20
3		23
3.1		22
3.2		30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Quanto a história, ela só pode ser uma ciência da mutação e da explicação da mudança (LE GOFF, 2003, p..15)

A história não pode ser concebida como a ciência do passado, centrada nas concepções, episódios e feitos dos homens do passado, pois seus percursos transpassam a finitude do homem em um tempo cronológico e objetivo.

Portanto, a história deve ser compreendida como ciência da mudança, da sucessividade, permitindo a articulação entre o passado e o presente, de forma que dialogam e apontam possíveis caminhos para o futuro. Halbwachs (2006, p.101) destaca que, um dos objetivos da história é de “justamente lançar uma ponte entre o passado e o presente e restabelecer uma continuidade interrompida”.

Vale destacar que, no processo de investigação histórica, os acontecimentos não serão concebidos por meio de uma continuidade exata do passado. Nesse sentido, destacamos o papel do trabalho do historiador na busca de preencher algumas lacunas do passado para compreender o próprio presente com seus processos e representações.

Nesse arcabouço, torna-se pertinente ressaltar as contribuições para a historiografia realizada pela “Nova História” manifesta enquanto movimento historiográfico da Escola dos Annales¹ que permitiu a ampliação das possibilidades de pesquisa, de se fazer história, através do compromisso com novos objetos, fontes e metodologias. Dessa forma, vai superando os postulados da “Historiografia Tradicional”, que consistia em descrever eventos políticos em ordem cronológica, ou seja, numa evolução linear proporcionando uma “visão de cima” ancorada “nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (BURKE, 1992, p.12). Nesse sentido, muitas temáticas, objetos e sujeitos foram banidos por serem vistos como irrelevantes.

À vista disso, “a nova história começou a se interessar por virtualmente toda atividade humana” (BURKE, 1992, p.11), de forma que, novas proposições passaram a ser estimadas.

Nessa perspectiva, consolidamos o presente trabalho apresentando uma reflexão sobre as ações educacionais desenvolvidas pelo Núcleo de Cidadania e Direitos da UFPB, no recorte

¹ O nome “*Escola dos Annales*” retrata um grupo de historiadores que se organizou em torno do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social), no qual eram divulgados seus principais trabalhos. Os dois principais nomes da fundação desse periódico eram Lucien Febvre e Marc Bloch, e seus principais objetivos compreendiam o combate ao positivismo histórico e o estabelecimento de um tipo de História que propunha a inserção de novas fontes à pesquisa histórica efetuando um novo tipo de abordagem.

temporal de 2007 a 2015, tendo em vista, o ano de sua criação, seu percurso e práticas educativas no ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na concepção da construção de uma cultura de paz norteada na efetivação de direitos e contra violações.

Assim historiar uma instituição² significa compreender e explicar os processos e os compromissos sociais com a condição instituinte, destacando que a educação é interativa e integrativa “educação é o processo de humanidade e via de humanidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 20).

Nesse sentido, apresentamos alguns questionamentos: Como se delineou o processo de criação, formação e desenvolvimento do NCDH da UFPB? De que modo as ações educacionais dessa instituição têm se efetivado no ensino, pesquisa e extensão? Quais as colaborações dessa instituição para a implantação de uma cultura de paz? São questões apresentadas neste trabalho, dentre outras.

Em vista disso, esse trabalho tem por objetivo geral desenvolver uma reflexão sobre as ações educacionais desenvolvidas pelo Núcleo no ensino, pesquisa e extensão para a promoção/efetivação de uma cultura de paz e por objetivos específicos: compreender a conceituação e trajetória histórica dos direitos humanos; analisar a consolidação dos direitos humanos no Brasil e compreender o percurso de criação e as ações educacionais do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB.

Para contemplar esse estudo, trabalhamos com a pesquisa qualitativa, utilizando fontes documentais e bibliográficas, em que consideramos os arquivos³ com documentos como resoluções de criação e organização do NCDH, como também, relatórios de atividades, produções acadêmicas, projetos de pesquisa, grupos de estudos, além de fontes iconográficas.

Dentre os autores estudados podemos apontar: Le Goff (2003), Hobsbawn (1995), Magalhães (2004), Carvalho (2009), Burke (1992), Flores; Ferreira; Melo (2014), Zenaide et al (2006), dentre outros. O objeto de estudo, ações educacionais do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, foi analisado numa abordagem histórico-reflexiva permitindo a construção de interfaces entre história e direitos humanos.

Vale ressaltar a importância da pesquisa documental, visto que os documentos aludem

² Ao longo desse trabalho, tratamos o NCDH como Instituição educativa, pelo fato de desenvolver funções e caracterizar-se como tal, atuando nos espaços do ensino, pesquisa e extensão, apesar de sabermos constituir-se em um Órgão da UFPB.

³ Esses arquivos foram os dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

aos registros que marcam aspectos ocorridos na sociedade na qual foram produzidos. Portanto, “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprios” (LE GOFF, 2003, p.538). Os documentos constituem fontes essenciais para a historiografia.

Ao longo da nossa trajetória na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no curso de Pedagogia, ocorreram os primeiros contatos com as leituras sobre a História da Educação nas disciplinas História da Educação I e História da Educação II. Com isso, surge o interesse pelos fatos históricos educacionais do Brasil e a oportunidade de participarmos do projeto Prolicen intitulado Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia Campus I/CE/UFPB que é trabalhado em concomitância com as disciplinas ora citadas, nos 1º e 2º períodos.

A nossa motivação pela proposta do projeto em sensibilizar para uma educação conscientizadora em direitos humanos permitiu um amadurecimento para a necessidade de compreender o passado, e com isso, adquirirmos mais criticidade face às questões educacionais do presente.

Contudo, a temática deste trabalho tem no Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB) sua maior contribuição. Tendo em vista que foram dois anos consecutivos em que estudamos e nos dedicamos a analisar a memória histórica de uma instituição educacional em direitos humanos, considerando sua importância na promoção de uma Educação em Direitos Humanos. Daí surge o objeto do nosso trabalho.

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da UFPB trata-se de um órgão eminentemente interdisciplinar, vinculado institucionalmente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-CCHLA, cuja sede localiza-se na Central de Aulas no Bloco C. Foi criado por meio da Resolução nº 009/2006 do Conselho Universitário (CONSUNI/UFPB) e inaugurado em 06 de julho de 2007, para associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB e ampliar a pesquisa e a pós-graduação em Direitos Humanos. Desta maneira, apresenta grande relevância para a comunidade acadêmica e sociedade, considerando suas ações educacionais na perspectiva da construção de uma cultura de paz.

No que concerne à estrutura do texto, está organizado da seguinte forma: a Introdução, onde se apresenta o objeto de estudo, o objetivo da pesquisa, as questões que serão trabalhadas, bem como os aspectos teórico-metodológicos.

O Segundo Capítulo nomeado Trajetória Histórica dos Direitos Humanos apresenta, de forma resumida, uma trilha pelo processo de consolidação/ efetivação dos direitos humanos. Apresenta uma explanação dos processos históricos para a concretização de tais direitos, e

também, traz à tona o processo de sua estruturação no Brasil.

O Terceiro Capítulo com o título, Ações Educacionais do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, apresenta o percurso de criação do Núcleo, percebendo suas atuações. Focaliza, contudo, nas práticas educacionais nas esferas do ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, nas Considerações Finais, procuramos analisar os resultados deste trabalho, tecendo reflexões acerca da atuação e relevância do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB na consolidação de uma cultura de paz.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

Discorrer sobre os direitos humanos pressupõe refletirmos sobre os direitos indispensáveis e inerentes a própria condição humana enquanto garantias mínimas de conservação da dignidade.

No âmbito dessa reflexão, convém destacarmos que, toda pessoa “apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que as distinguem entre si, merecem igual respeito” (COMPARATO, 2004, p.1), portanto, devem ter sua dignidade e integridade resguardadas.

Para Carbonari (2007), a partir do momento em que não são propiciadas condições para o indivíduo viabilizar e/ou concretizar seus direitos e deveres constata-se, então, a violação dos direitos humanos e tal ato produz vítimas.

Neste capítulo, abordaremos de maneira sucinta, sobre o processo de consolidação/efetivação dos direitos humanos destacando a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e, por conseguinte, a Declaração Universal de 1948 que representa um marco ético-jurídico-político de estruturação de uma cultura de respeito aos direitos humanos, a nível global.

Ainda neste capítulo, apresentaremos uma explanação do contexto histórico para a concretização de tais direitos e sua estruturação no Brasil que, como os demais países da América Latina, teve no contexto de regimes autoritários o fomento para movimentos sociais como estratégia de resistência cultural às violações de direitos humanos.

2.1 DIREITOS HUMANOS: CONCEITUAÇÃO E TRAJETÓRIA

A historicidade dos Direitos Humanos remete a uma estruturação permeada por lutas contra violações de direitos tendo maior ênfase a partir do pós-guerra, pois no período anterior o homem nortado pelo ódio e julgando-se superior aos demais cometeu atrocidades e horrores durante o nazismo dizimando milhares de vidas.

Nesse ínterim, configura -se o esforço pela reconstrução dos direitos humanos, sendo urgente que houvesse uma reação frente a tantas barbáries cometidas.

Assim, foi criada em 26 de junho de 1945, em São Francisco, a ONU (Organização das Nações Unidas) e confiaram-lhe, entre outras, a incumbência de evitar uma Terceira Guerra Mundial. Sobre a ONU, ressaltamos que

A Organização das Nações Unidas (ONU) é um organismo internacional criado através de um tratado – Carta das Nações Unidas –, que surgiu após a 2ª Guerra Mundial tendo por objetivo contribuir para desenvolver relações entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar medidas para fortalecer a paz universal. Também é seu objetivo conseguir cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua, religião. (MAIA, 2007, p.87).

O primeiro ato da Organização das Nações Unidas foi, em 10 de dezembro de 1948, aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos que propiciou a transformação dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos em tema de legítimo interesse da comunidade internacional, representando um atributo de marco maior no processo de internacionalização dos direitos humanos. Portanto:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) enquanto marco ético - jurídico- político de construção de uma cultura universal de respeito aos direitos humanos implicou historicamente em processos múltiplos culturais e políticos, direcionados as gerações futuras e todos os povos. (ZENAIDE, 2007, p. 15)

A Declaração Universal de 1948 caracterizou-se pela “universalidade e indivisibilidade desses direitos” (PIOVESAN, 2006, p.12). Desta forma, a universalidade demanda a amplitude dos direitos humanos sob a crença de que a condição humana é requisito suficiente para a titularidade de direitos fundamentais enquanto que a indivisibilidade agrega um direito ao outro, de forma que, se uma pessoa tem um direito negado, conseqüentemente, terá impedida a efetivação dos demais.

Ressaltamos que a ideia de proteção dos direitos humanos não se encontra restrita à competência nacional, mas está inserida em âmbito internacional o que contribuiu para a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados a proteção de direitos essenciais.

Zenaide (2016, p.15) demonstra que foram relevantes a criação de instrumentos internacionais integrados à Declaração Universal dando sustentação à proteção internacional dos direitos humanos.

Desta maneira, paralelamente ao processo normativo global, somam os sistemas regionais de proteção integrando, não de forma dicotômica, mas complementar norteando-se pelos valores e princípios da Declaração Universal que classifica os direitos em: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Entende-se por:

[...] direitos civis: a vida e a integridade física e psicológica, o direito de ir e vir, de

intimidade ou privacidade, liberdade de consciência, expressão e informação; direitos políticos: nacionalidade, participação política, proteção e acesso à justiça; direitos sociais: reunião e associação, proteção da família, meio ambiente; direitos econômicos: propriedade, liberdade de empresa, dignidade da vida e trabalho, seguridade social; direitos culturais: educação, liberdade de ensino, acesso à cultura e ser educado em direitos. (RUBIO, 1998 *apud* ZENAIDE, 2010, p.45)

Em seu primeiro artigo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta a compreensão de que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Tal preceito confere à humanidade um grau de liberdade e igualdade de condições dignas de sobrevivência.

Nas palavras de Comparato, o referido artigo apresenta “os três princípios axiológicos fundamentais em matéria de direitos humanos: a liberdade, a igualdade e a fraternidade” (COMPARATO, 2004, p.225). Portanto, enquanto “princípios axiológicos” os direitos humanos estão em constante processo de (re) construção, de maneira, a fortalecer a afirmação de tais direitos e, que estes, venham também a contemplar categorias socialmente vulneráveis. Tendo em vista, essa questão, no “curso do século 20 tornou-se evidente que o princípio da igualdade essencial dos seres humanos deve ser complementado com o reconhecimento do chamado direito à diferença” (COMPARATO, 2008, p.15)

Nesse entendimento, torna-se essencial que o indivíduo seja contemplado em sua especificidade e particularidade, pois determinadas situações de violações a direitos necessitam de uma resposta particularizada.

Piovesan (2006) enfatiza que, esse grupo compreende pessoas cuja condição social remete a um tratamento inerente, como as crianças, as mulheres, pessoas com deficiência, população afrodescendente, dentre outros.

Isso remete a compreensão de que cada indivíduo traz consigo carências e estas precisam ser contempladas em uma sociedade inclusiva em relação as diferenças sociais e culturais, pois “a diferença é marco de uma compreensão plural do humano e de sua realização” (CARBONARI, 2007, p.174).

Sendo assim, a igualdade é direito de todos, mas não remete a homogeneidade “o direito à igualdade pressupõe o direito à diferença” (BENEVIDES, 2007, p.339). Nesse âmbito, ressaltamos a relevância dos direitos humanos, pois a consolidação de uma cultura de paz remete para o campo dos direitos humanos novos embates e a necessidade de incluir a diversidade como dimensão conceitual do ser humano reparando os direitos negados e evitando que violações ocorram respeitando o sujeito como livre e dotado de dignidade. Logo, tanto no âmbito mundial como nacional foram fundamentais a Declaração Universal, dentre outros,

[...] a Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do Ensino (1960), a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1963), o Pacto dos Direitos econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração sobre os Direitos da Criança (1989) [...] (ZENAIDE, 2016, p.15)

Enfatizamos a significância do aparato legal, porém apenas a normatização não é bastante para reconhecermos a diferença e a igualdade de cada um. A transformação deve transpassar a letra da lei para o cotidiano da ação, pois é na convivência que a igualdade na diversidade se concretiza, ou não. Portanto, a educação é um meio contribuinte desse processo sensibilizatório, em especial a Educação em Direitos Humanos, pois “[...] tem como intenção gerar uma consciência que permita aos atores sociais assumir atitudes de luta e de transformação, diminuindo a distância entre o discurso e a prática dos direitos humanos no cotidiano”(FREITAS, 2006, p.176).

2.2 DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Compreender o processo de consolidação dos direitos humanos no Brasil remete ao final do século XX em que o país vivenciou o contexto da Ditadura Militar instaurada por meio de um golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart em 1964 e configurou-se por meio da articulação entre o conjunto de classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), o capital mercantil, latifundiários e militares.

Sader, enfatiza que anteriormente o tema dos direitos humanos era restrito aos currículos jurídicos, apenas. É a partir do contexto ditatorial que passa a adquirir maior ênfase. Portanto, a discussão sobre os direitos humanos é recente neste país. Nesse período

A repressão aos sindicatos, a prisão de líderes sindicais, a proibição da existência da imprensa sindical e opositora faziam com que a repressão fosse funcional à política favorável ao grande empresariado e contra a massa da população[...]. Esse novo contexto histórico combina a violação dos direitos econômicos, sociais e políticos, de forma intensa, como o país nunca havia conhecido (SADER, 2007, p.77-78)

No período ditatorial, houve extremo uso da repressão e força para suprimir todo e qualquer movimento que lhe fosse divergente havendo atos de tortura e perseguição, assassinatos, homicídios, Atos Institucionais promulgados que centralizaram a autoridade no Poder Executivo, representado por meio do revezamento de cinco generais.

Os Atos Institucionais representaram normas de natureza constitucional deliberados

entre os anos de 1964 a 1969, totalizando dezessete, que regulamentados por cento e quatro atos complementares imprimiram um elevado nível de centralização à administração e política do Brasil. Assim, em 9 de abril de 1964, foi editado o documento designado como Ato Institucional 1 ou AI-1 através da Junta Militar. Conforme Germano

Inicia-se o processo de “montagem” institucional da ditadura. O AI-1 era, ao mesmo tempo, instrumento de fortalecimento do Executivo e de esvaziamento do Congresso Nacional. As atribuições e os poderes do Legislativo foram transferidos, em grande parte, para o Executivo, que ganha autonomia e liberta-se de controles sociais e políticos. (GERMANO, 2011, p.57)

Deste em diante, seguiram os demais Atos Institucionais consolidando progressivamente o regime ditatorial. Vale ressaltar o AI-5, que representou a conjuntura máxima da opressão e censura por meio do uso das forças repressivas.

Mediante tal quadro, começa a emergir movimentos sociais em defesa do exercício pleno da cidadania corroborando para as “lutas em defesa dos direitos humanos” (VIOLA, 2007, p. 127). Destacam-se instituições como, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Comissão Pastoral da Terra, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lideranças sindicais, estudantis, dentre outros.

Esse processo tem extraordinária relevância, pois gerou uma convivência solidária resultando na defesa pela redemocratização e a criação de uma cultura política de participação. O regime militar termina com a eleição indireta via Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves e José Sarney, em 1985, para a Presidência da República.

Em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a Constituição Federal (CF) que restabeleceu o Estado Democrático de Direito representando a positivação dos direitos humanos no Brasil, pois em sua redação menciona os direitos fundamentais, como também, os garante.

Constatamos que a Constituição emerge com uma singularidade relevante de se apartar do que estava instituído até aquele momento. Em sua estrutura, fixa princípios que deverão resguardar e conduzir a aplicação de todos os seus regulamentos, assim como, as atuações legislativas, executivas e judiciárias.

Dentre os princípios, há a asserção dos direitos humanos, neste documento, conforme Dallari:

[...] O enunciado sistemático dos Direitos Humanos está no Título II da Constituição, que trata “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”. O Capítulo I refere-se aos direitos e deveres individuais e coletivos, que são enumerados em setenta e sete incisos do Art.5º, incluindo várias garantias formais. E no Capítulo II, que vai dos artigos 6º ao 11º, está a enumeração dos direitos sociais. (DALLARI, 2007, p.41)

Destacamos que, após o advento da Constituição Federativa de 1988, o Brasil expandiu estratégias de defesa aos direitos humanos, dentre eles: “ Lei 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor; Lei 8.069/90 que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei 9.140/95 que cria a Comissão Especial de Mortes e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar [...]” (ZENAIDE, 2007, p.19).

Tais ordenamentos jurídicos contribuíram para a participação do Brasil em foros internacionais acerca dos direitos humanos como a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993, cujo intuito era o debate sobre as grandes violações existentes nos países, ao passo que, foram elaborados documentos visando a incorporação dos direitos humanos nas políticas educacionais.

Vale salientarmos, também que, a partir da redemocratização principalmente na década de 90, o Estado passa a ser contemplado não mais como um oponente em relação a efetivação dos direitos humanos, mas como um fomentador. De maneira que, os direitos humanos se tornam elemento partícipe da pauta dos três Poderes e a Educação em Direitos Humanos integra a política educacional.

Desta maneira, o Brasil instituiu o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-I), por meio do Decreto 1.904, de 13 de maio de 1996, o (PNDH-II) em 2002 e (PNDH-III) em 2010 por meio “de programas e editais públicos, incentivando a fundamentação teórico-metodológica, a construção de diretrizes gerais, [...], a criação de estudos e pesquisas, a formação inicial e continuada através de cursos de graduação e pós-graduação” (MONTEIRO; ZENAIDE; VIOLA, 2014, p.173).

A Educação em Direitos Humanos assume uma estruturação como política pública, em 2003, com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), com uma segunda versão, em 2006. No que diz respeito as orientações propostas para as instituições de ensino superior, estabelecem como fundamentos norteadores: “a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, a “relação entre universidade e sociedade”, como também, “ a transversalidade dos direitos humanos nos cursos de graduação e pós-graduação” (MONTEIRO; ZENAIDE; VIOLA, 2014, p.173).

Portanto, no âmbito universitário, surgem nos programas de graduação e pós-graduação do país iniciativas de inserção dos direitos humanos no ensino superior. É nesse contexto, que as Universidades incorporam os direitos humanos como pacto institucional mediante suas peculiaridades e especificidades.

3. AÇÕES EDUCACIONAIS DO NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA UFPB

Para compreendermos o delinear da estruturação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB faz-se necessário reportar ao contexto histórico que projetou a inserção da prática institucional em direitos humanos na educação superior e na universidade, em especial, na Universidade Federal da Paraíba.

Assim sendo, as universidades públicas que se constituem em instituições de ensino superior vivenciaram o período referente a Ditadura Militar que representou um contexto autoritário no qual a liberdade de expressão e de organização foram duramente reprimidos.

No aspecto educacional, houve grande interferências por meio de propostas que atendiam as ideologias do governo vigente representando um mecanismo de manutenção da influência militar. Nas palavras de Germano (2011, p.19), “O controle militar sobre o Estado implica uma determinada forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social, e política do país, na qual se situa a política educacional”.

Neste capítulo, apresentaremos como se delineou a inserção dos Direitos Humanos na Universidade Federal da Paraíba, ocorrida num contexto autoritário que se instaurou no país e que resultou no surgimento de movimentos sociais em resistência ao quadro de censura e repressões vivenciadas. Destacamos que, nessa conjuntura a Educação em Direitos Humanos se inicia, nas atuações de resistência à Ditadura, consolidando-se no transcorrer da transição democrática. Havendo a criação da Comissão dos Direitos do Homem e do Cidadão (CDHC), em 1989 e, anos mais tarde, na criação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB.

3.1 PERCURSO DA CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA UFPB

No decorrer deste período ditatorial (1964-1985), houve o desligamento de diretores e reitores de universidades, criação de comissões de sindicância gerando demissões de docentes que representaram graves processos de violações aos direitos humanos incluindo o cerceamento aos conteúdos e práticas educativas, fiscalização e controle da informação.

Na Universidade Federal da Paraíba esse quadro repetiu-se. Houve o afastamento, do reitor em exercício, o desembargador Mário Moacyr Porto, que foi substituído por um

interventor. Tal prática de exoneração de reitores significou

[...] um ato de prevenção por parte do governo militar, que sustentava a tese de que o Ministério da Educação estava sendo veículo de subversão da ordem no país, e sendo, as universidades instrumentos de conscientização social e de acesso aos conhecimentos formativos, representariam, portanto, uma ameaça à ordem. Tanto reitores como líderes docentes perderam os seus cargos [...] (LIMA, 2016, p.63)

Dado o exposto, o processo de implantação dos direitos humanos na UFPB inicia-se em 1970 por meio de atuações de solidariedade ativa e de relutância às formas de violência estrutural que configuraram em um desfalque na liberdade de pensamento tão proclamada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Nesse ínterim, surgem movimentos sindicais, populares e de educação transpassando a conjuntura da transição à redemocratização, inicialmente, no modelo não-formal e nas experiências de educação popular para, posteriormente, atingir as políticas públicas de direitos humanos e educacionais demandando da educação superior ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Assim, a Educação em Direitos Humanos surge como uma bandeira emancipatória, buscando a libertação do sistema de autoritarismo, exclusão, desigualdade e injustiça. Nesse processo, os homens têm a possibilidade de conhecer seus direitos e deveres “para com o mundo e com o que habita neste, para com o outro, para consigo mesmo” (MACEDO, 2011, p.15).

No processo de redemocratização, ocorre na UFPB, a criação da Comissão dos direitos do Homem e do Cidadão – CDHC, em 1989, sob a coordenação do professor Rubens Pinto Lira, articulando docentes e técnicos-administrativo empreendendo a criação de um espaço institucional que conduzisse a universidade para o compromisso de promover e defender os direitos humanos.

Por meio da fundação do CDHC, a Universidade Federal da Paraíba torna-se percussora em relação as demais Universidades brasileiras, nas decisões referentes aos Direitos Humanos. No ano seguinte, a referida Comissão é instituída pautando sua atuação no diagnóstico do sistema penitenciário e a estruturação das esferas públicas da cidadania. Através da Portaria nº 24/1996, a CDHC tem sua nomenclatura alterada para Comissão de Direitos Humanos-CDH, agregando, desta maneira, demandas formativas para o ensino superior e para a extensão universitária.

Tal quadro reflete a construção da educação em direitos humanos intrínseca a um processo global e nacional. No Brasil, assim como na América Latina, a educação em direitos humanos, manifesta-se como ação de resistência frente ao regime ditatorial, adquirindo um papel fundamental na redemocratização.

Nesse aspecto, o Brasil considerando as deliberações da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos ocorrida em Viena, em 1993, instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I), em 1996. A Conferência representou um marco da Educação em Direitos Humanos realizada pela Organização das Nações Unidas.

No ano de 2002, o Programa Nacional de Direitos Humanos foi revisto, após debates, culminando no PNDH-II. No ano posterior, houve a criação do Comitê Nacional de educação em Direitos Humanos com o objetivo de implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), sendo lançado em 2003, de forma a nortear a efetivação de políticas, programas e ações, objetivando ações comprometidas com a promoção dos direitos humanos. Outro fato importante foi a criação do Programa Nacional de Direito Humanos-III, em 2010, que introduziu o eixo Cultura e Educação em Direitos Humanos tendo por uma das diretrizes a “Efetivação das diretrizes e princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos” (ZENAIDE, 2016, p.20).

Então, nesse processo de avanço em termos normativos e na difusão do debate acerca da educação em direitos humanos, a UFPB com o intuito de vincular as ações de ensino, pesquisa e extensão e estender a pesquisa e a pós-graduação em direitos humanos cria o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH. Conforme Resolução nº 009/2006 do Conselho Universitário (CONSUNI/UFPB) e inaugurado em 06 de julho de 2007.

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista a deliberação do Plenário, adotada em reunião realizada em 31 de maio de 2006 e o que consta do Processo nº 23074.025560/05-32,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CONSELHO..., 2017).

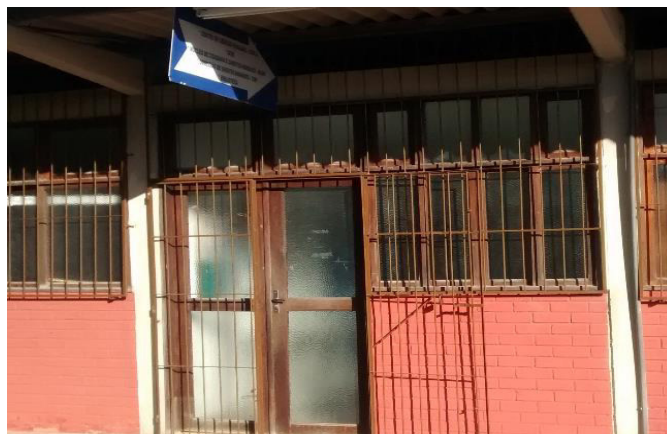
Estas instituições situam-se na perspectiva de promoção de uma Educação em Direitos Humanos contra a violência e a barbárie, sendo fundamental, refletir sobre a história dos processos de criação, formação e atuação destas instituições educacionais em direitos humanos. Nesse sentido, pesquisar a história de instituições educativas requer um olhar atento para as representações construídas pelos sujeitos que fizeram e fazem parte desses espaços, exigindo uma análise cuidadosa dos vestígios e marcas que estão explícitas ou implícitas nesses espaços, traços esses que compõe a cultura institucional desse lugar (KREUTZ; POLETTTO, 2016).

Assim sendo, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB coloca em evidência sua cultura institucional, suas práticas educacionais, posturas, valores e atuações dos sujeitos que compõem a organização e o funcionamento dessa instituição, contribuindo para a compreensão da trajetória histórica e dos processos educativos em Direitos Humanos. Portanto,

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. Ou seja, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

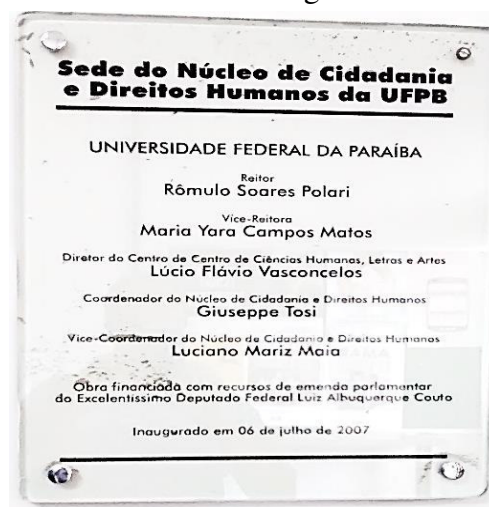
Essa perspectiva, nos permitiu compreender os diversos processos sociais, comportamentais, representativos e normatizadores de uma instituição em Direitos Humanos, resultando em conhecimentos relevantes sobre o Núcleo e sobre a atuação desse espaço educativo na promoção da educação em direitos humanos.

FIGURA 1 - Fachada da sede do NCDH/UFPB.



Fonte: Arquivo Projeto PIBIC 2016/2017 e 2017/2018

FIGURA 2 - Placa inaugural do NCDH



Fonte: Arquivo Projeto PIBIC 2016/2017 e 2017/2018

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos representa, portanto, um órgão eminentemente interdisciplinar vinculada institucionalmente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-CCHLA, cuja sede localiza-se na Central de Aula, no Bloco C. O Núcleo configura-se como um desdobramento da Comissão de Direitos Humanos em atendimento ao disposto no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que propõe:

9. apoiar a criação e o fortalecimento de fóruns, núcleos, comissões, centros de pesquisas e extensão destinados à promoção, defesa, proteção e ao estudo dos direitos humanos nas IES;
10. promover o intercâmbio entre as IES no plano regional, nacional e internacional para a realização de programas e projetos na área de educação em direitos humanos; (Brasil, 2007, p.40 – 41)

O Núcleo resulta de um longo acúmulo de experiências. Surge com o propósito de contribuir para o fortalecimento da atuação nas áreas de pesquisa, ensino e extensão da UFPB em Direitos Humanos, sendo aberto à participação de docentes e discentes de outras IES (Instituição de Ensino Superior) e de membros de entidades e movimentos sociais de promoção e defesa dos Direitos Humanos. A instituição é um espaço de diálogo interdisciplinar que se norteia pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão⁴, pela relevância acadêmica e social da temática, pelo respeito à pluralidade de ideias e pelo debate livre e crítico entre os membros.

Por sua natureza, uma abordagem na ótica dos direitos humanos exige diálogo profícuo, para e além das várias áreas do conhecimento, que permita articulação entre métodos e conhecimentos no âmbito das diferentes disciplinas construindo assim um novo perfil profissional (TOSI; ZENAIDE, 2014, p. 40).

Em consonância com os autores, as atividades do NCDH são trabalhadas na ótica da intercomunicação entre as diversas áreas do conhecimento, havendo uma interface entre os direitos humanos e essas áreas. Ademais, faz-se necessário no processo formativo o esforço de articulação entre os três eixos do trabalho educativo na universidade, e dessa forma, os direitos humanos tornam-se o fio condutor dessa articulação.

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos possui a seguinte estrutura organizacional em âmbitos físico, administrativo e educacional, conforme quadro, a seguir:

⁴ No decorrer do trabalho serão apresentados Quadros que envolvem as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Núcleo.

Quadro 1. Estrutura Organizacional do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos / UFPB

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – NCDH
Conselho Técnico Científico; Coordenação Geral; Secretaria
Comissão de Direitos Humanos: com atuações em promover seminários, cursos, debates e eventos em direitos humanos, posicionar-se e solidarizar-se no campo dos direitos humanos, denunciar violações de direitos, promover estudos e acompanhar situações críticas.
Biblioteca Setorial em Direitos Humanos Enzo Melagari: estruturada por meio do convênio entre a UFPB e o MLAL (Movimento Leigo América Latina), ONG de cooperação internacional com sede em Verona, Itália. A biblioteca se intitula a Enzo Melegari, em memória do ex-presidente do Movimento Leigo da América Latina. Seu acervo conta com produções e publicações acadêmicas do Núcleo, dentre outros.
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.
Grupos temáticos interdisciplinares, a saber: Educação e Cultura em Direitos Humanos; Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos; Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia; Território, Etnicidade e Direitos Humanos; Instrumentos Jurídicos de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Direitos Humanos Criança e Adolescente.
Arquivo de documentos provenientes do extinto Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Paraíba (DOPS/PB) ⁵ .

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

Salientamos que, o conjunto documental pertencente ao extinto DOPS/PB foi identificado em 1992 na Secretaria da segurança Pública do Estado da Paraíba e entregue oficialmente pelo então governador Ronaldo Cunha Lima. Tal documentação, constitui-se em fonte relevante para se conhecer os mecanismos da repressão, ao tempo em que se vislumbra o seu oposto – a resistência e enfrentamento ao regime instituído pela Ditadura Civil Militar no Brasil. “A documentação é constituída por 6.583 mil fichas cadastrais e 679 processos[...]” (FERREIRA, 2013, p.6).

⁵ A consulta pode ser realizada na sede do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/UFPB, mediante assinatura do termo de responsabilidade pelo uso das informações.

FIGURA 3 – Fachada da sala referente ao arquivo de documentos do extinto DOPS/PB



Fonte: Arquivos dos Projetos PIBIC 2016/2017 e 2017/2018

Convém ressaltar, o PNDH-III, que em sua Diretriz 23: “Reconhecimento da Memória e da Verdade como Direito Humano da Cidadania e dever do Estado”, destaca como objetivo estratégico inicial:

Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 2010, p 173)

Dessa forma, a disseminação do tema referente ao direito à memória e a verdade contribuem para o avivamento dessas memórias, despertando para o desenvolvimento de uma cultura do “nunca mais” para as futuras gerações não repetirem os mesmos erros. A seguir, exemplos de perfis extraídos dos documentos.

Quadro 2. Perfis Extraídos dos Documentos

PERFIL DAS ACUSAÇÕES	ÓRGÃO DE REPRESSÃO	SIGLA
Prêso para interrogatório e investigações pelo 15º R.I em 15 de Abril de 1964. Professor da CEPLAR (V.Ficha). Ensina ao homem do campo pelo método Paulo Freire. DECLARAÇÃO: OFÈLIA AMORIM é uma revolucionária. Pôsto em liberdade em 4 de maio de 1964.	Departamento de Ordem Política e Social	DOPS
Integrava a Equipe da Campanha de Educação Popular – CEPLAR de Campina Grande, responsável pela elaboração das fichas de roteiro de politização de teor subversivo. Participava do Movimento de Ação Popular do Estado. [...]	Departamento de Ordem Política e Social	DOPS

Fonte: Dissertação PPGE/UFPB intitulada: Vozes de uma História Interditada: A Educação Popular e os Direitos Humanos na Práxis da Ceplar 1960 - 1964 (MARINHO, 2018, p. 120).

No que se refere ao ensino de pós-graduação, O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos possui o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH aprovado pela Resolução nº 41/2011 do CONSEPE/UFPB (Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão), regulamentado pela Resolução nº 42/2011 do CONSEPE e autorizado pela Resolução nº 15/2011 do CONSUNI de 28 de julho de 2011.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista a deliberação adotada pelo plenário, em reunião do dia 27 de julho de 2011 (Processo nº 23074.019423/11-25), **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Regulamento e a Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, em nível de Mestrado Acadêmico, sob a responsabilidade do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB. (CONSELHO...,2011)

A atuação do referido Programa inicia-se no ano seguinte a sua criação e conta com a infraestrutura e os equipamentos do Núcleo, tendo por objetivo, investigar as Políticas Públicas em Direitos Humanos, na perspectiva da construção da cidadania, em diálogo com os movimentos sociais e os órgãos públicos de promoção e defesa dos direitos humanos, na avaliação, no acompanhamento e/ou monitoramento das políticas públicas.

Possui por áreas de concentração as seguintes Linhas de Pesquisa: Direitos Humanos e democracia: teoria, história e política; Políticas públicas em Educação em Direitos Humanos; Territórios, direitos humanos e diversidades socioculturais.

3.2 PRÁTICAS EDUCACIONAIS NCDH: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A educação em direitos humanos, por sua vez, é o que possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano, apresentando-se na atualidade, como uma ferramenta fundamental na construção cidadã, assim como na afirmação de tais direitos. (TAVARES, 2007, p.488)

A educação em direitos humanos é uma prática muito recente tanto no contexto brasileiro como no latino americano e emerge no contexto das lutas e mobilizações sociais de resistência contra o autoritarismo vigente no período ditatorial. A partir da transição democrática é que inicia um processo de institucionalização como política pública.

Em âmbito internacional, a educação em direitos humanos ganha notoriedade na Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada pela ONU, em Viena, resultando no

Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. O Brasil, como um dos países membros, cria a partir desse contexto o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos representando um grande avanço, pois a partir disto são criados programas e planos que contemplam essa temática como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2003. “Com esse Plano Nacional foi então institucionalizada a política de educação para os direitos humanos” (ZENAIDE, 2016, p.20).

A partir de então, as ações educacionais em direitos humanos são de fato estruturadas, visto que, antes eram ações pontuais. Isto deve-se a criação de mecanismos institucionais como a Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos, dentre outros, que possuíam o compromisso de efetivar o PNEDH.

Portanto, o Plano Nacional evidencia o papel das instituições de ensino superior, nele as atuações acadêmicas na esfera do ensino, pesquisa e extensão “[...] devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência aos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar [...]” (BRASIL, 2009, p.30 *apud* TOSI; FERREIRA, 2014, p.53)

Em consonância com o exposto, as práticas educacionais do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB são exercidas de forma a promover uma cultura de paz nos três eixos de atuação, de forma, interdisciplinar. Ademais, faz-se necessário no processo formativo essa articulação para a promoção/efetivação dos direitos humanos. Nessa ótica, o NCDH desenvolveu ao longo dos anos as seguintes experiências educativas e formativas na área do ensino, pesquisa e extensão considerando o período de análise (2007 a 2015).

Quadro 3. Ações do NCDH / UFPB (2007 - 2015)

NÍVEIS DAS AÇÕES	ATIVIDADES/CURSOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Curso para formadores de Direitos Humanos		X	X						
	Capacitação de professores da rede básica em educação em direitos humanos		X			X				
	Doutorado Internacional Teoria e História dos Direitos Humanos		X	X		X				
	Especialização Segurança Pública e Direitos Humanos		X	X	X	X	X		X	X
	Especialização Educação em Direitos Humanos		X	X	X	X	X		X	X
	Mestrado em Direitos Humanos pela Escola de Direito da Universidade do Minho			X		X				
	Curso de Aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos/EAD.			X	X	X				

	Curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes: Estratégias de intervenção na escola”								X	
	Projeto de Extensão “Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea”								X	X
	III Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional.								X	X
	Projeto de Extensão Educação em e para os DH com Alunos do Ensino Médio da Rede Pública									X

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

As ações educacionais desenvolvidas pelo Núcleo nos níveis do ensino, pesquisa e extensão estão ancoradas nas políticas em educação em direitos humanos e nos seus objetivos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) fundamenta que a educação em direitos humanos representa “[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos[...]” (BRASIL, 2007, p.25).

Deste modo, a educação em direitos humanos é entendida como um processo, ou seja, como parte do conjunto das ações as quais se relaciona implicando desde a estruturação organizacional, dos cursos, da formação até as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são efetivadas. Quanto as dimensões a serem articuladas envolvem, conforme o PNEDH:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Assim, tais dimensões, conferem a educação em direitos humanos propriedades essenciais direcionando para um finalidade central que é a constituição do “sujeito de direitos”. Nas palavras de Carbonari (2007):

O sujeito de direitos não é uma abstração formal. É uma construção relacional; é intersubjetividade que se constrói na presença do outro e tendo a alteridade como presença. A alteridade tem na diferença, na pluralidade, na participação, no reconhecimento seu conteúdo e sua forma. O compromisso com o mundo como contexto de relações é, portanto, marca fundamental da subjetividade que se faz, fazendo-se, com os outros, no mundo, com o mundo.(CARNONARI, 2007, p.177)

Curso “Educação em Direitos Humanos”								X	
Projeto de Extensão “Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea” Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.								X	X
III Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional.								X	X
Projeto de Extensão Educação em e para os DH com Alunos do Ensino Médio da Rede Pública									X

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

Essas parcerias viabilizaram várias experiências educacionais de docentes e discentes vinculados ao NCDH, além de terem contribuído para a institucionalização das práticas em direitos humanos. Evidenciamos a contribuição da Universidade à formação de professores, tendo em vista que, o processo educativo em direitos humanos é contínuo cuja finalidade é a constituição de uma cultura de direitos humanos, pois “É a educação em direitos humanos que permite a afirmação de tais direitos e que prepara cidadãos e cidadãs conscientes de seu papel social na luta contra desigualdades e injustiças” (TAVARES, 2007, p. 487).

Quadro 5. Eventos do NCDH / UFPB (2007 - 2015)

PARCERIAS DO NCDH COM ÓRGÃO NACIONAIS E INTERNACIONAIS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IV seminário Internacional de DH da UFPB-III Encontro Anual da ANDHEP.	X								
Conferência Brasil-Alemanha sobre Direito Internacional DA Paz dos Conflitos Armados com o tema: Justiça, Segurança humana & Direito Internacional Humanitário		X							
Comemoração dos 20 anos da Constituição de 1988 e dos 60 anos da Declaração Universal dos DH.		X							
Conferência Estadual de DH no Centro de Ensino da Polícia Militar.		X							
Conferências LGBT Municipais, Estadual e Nacional - NCDH / UFCG: CCJS-Sousa.		X							
II Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFCG: DH, Desenvolvimento Regional e Práticas Jurídicas.		X							
Seminário Preparatório para o IV Encontro Nacional de DH “Educação e Metodologia para os Direitos Humanos.”		X							
IV Encontro Anual da ANDHEP tema “Democracia, Pluralismo e Tolerância: a cultura dos DH no 20 anos de vigência da Constituição Federal de 1988.”		X							
Mesa redonda com o tema: 60 Anos da Declaração Universal dos DH: um Balanço Interdisciplinar		X							
Seminário “Ética, Democracia e Direitos Humanos”		X							

Seminário nacional sobre “O papel do município na Segurança Preventiva”			X						
V Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB: comemorando o centenário de nascimento de Bobbio.			X						
VI Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB e II Seminário do Consórcio Latino Americano de Pós-Graduação em DH .				X					
IV Encontro anual da ANDHEP - “Direitos Humanos, Cidades e Desenvolvimento - UNB/Brasília-DF.				X					
Seminário de Segurança Pública.					X				
Seminário “O ensino dos DH na educação superior”					X				
VII Seminário Internacional de DH da UFPB -Tema: Justiça de Transição: Direito à Justiça, à Memória e à Verdade .						X			
Seminário e Aula Inaugural – Abertura do Curso Docência em Escola de Tempo Integral .								X	
VIII Seminário Internacional de DH da UFPB com a temática: "Ditadura militar, estado de exceção e resistência democrática na América Latina".								X	
50 anos da resistência de Mari realizado na cidade de Mari-PB - Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça e apoio de diversas entidades.								X	
50 anos de Repúdio ao golpe militar de 1964								X	
II Seminário Paraibano em Educação em DH e Cidadania: Uma Escola sem Violência, Homofobia e Racismo.								X	
Reflexos da Ditadura Militar na Paraíba: 50 anos depois pelo Memorial do TRE (Tribunal Regional Eleitoral).								X	
1º Seminário Internacional de Diversidade Sexual e Direitos e Cidadania.								X	
25 anos da Comissão de DH da UFPB.								X	
Mesa de Debate: “25 anos do ECA: Conjuntura política, econômica e cultural” no Auditório do Fórum Cível “Desembargador Moacyr Porto”.									X
Curso Justiça Restaurativa do Ministério Público Estadual.									X
Expo 60 anos da UFPB Expo 60 anos da UFPB.									X

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

A existência desses eventos possibilitam uma troca permanente de informações e o intercâmbio de pesquisadores, para responder à demanda crescente de formação nesta área de maneira criativa e inovadora possibilitando interfaces entre novas pesquisas e novas metodologias pedagógicas.

Destacamos o papel da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Direitos Humanos – ANDHEP, criada em 2003, com o intuito de fortalecer a articulação das iniciativas da comunidade acadêmica em Direitos Humanos. Desta forma, por meio de encontros anuais por ela realizados e os Grupos de Trabalho, empreendem um papel importante para o

TOSI, Giuseppe. (Org). Noberto Bobbio: Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Paz. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.							X		
TOSI, Giuseppe. (Org). Noberto Bobbio: Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Paz. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.							X		
ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GENTLE, Ivanilda Matias. O ECA nas Escolas: Experiências Universitárias. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 4v. 260p.							X		
DIAS, Lucia Lemos; MOURA, Paulo Vieira (Orgs.). Educando para uma segurança pública democrática.								X	
FERREIRA, L.F.G.; ZENAIDE, M.N.T. e MELO, V.L.B. (Orgs). Direito à memória e à Verdade. Saberes e práticas docentes.								X	
TOSI, Giuseppe; FERREIRA, L.F.G.; TORELLY, Marcelo e ABRÃO, Paulo (Orgs.). Justiça de Transição: direitos à justiça, à memória e à verdade.								X	
ZENAIDE, M.N.T.; FERNADEZ, Mônica; TOSI, Giuseppe; RODINO, Ana (Orgs.). Cultura e Educação em Direitos Humanos na América Latina.								X	
ZENAIDE, M.N.T.; FERREIRA, L.F.G. e TOSI, G. (Orgs.). A formação em Direitos Humanos na Educação no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas.								X	
BASSANEZI, Inez Eunice; LORENZO, Delaini. Educação e Inclusão de Crianças e Adolescentes em situação de Vulnerabilidade Social: Monitoramento em Rede- João Pessoa/PB - 2005 - 2010. João Pessoa: Editora do CCTA.									X
DINIZ, Ariosvaldo S.D; MOURA, Lúcia L.D; RAMALHO, Luziana R.; VIEIRA, Paulo M.;- Segurança Pública e Direitos Humanos: o que dizem os atores da Segurança Pública. E-Book									X

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

Constatamos a importância dessas publicações, seja na modalidade impressa ou em formato virtual, pois permite a difusão do conhecimento científico em Direitos Humanos, visto que, permite socializar a produção, como também, possibilita ao indivíduo um crescimento intelectual gerando a consciência que o permita assumir atitudes de luta e transformação contribuindo para a prática dos direitos humanos.

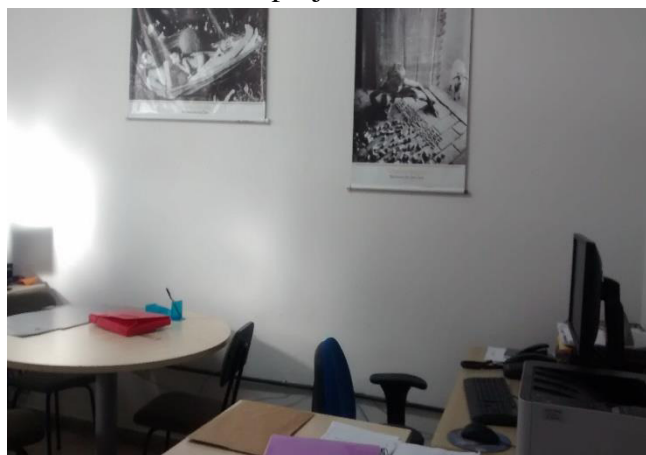
No que se refere ao ensino de Pós-Graduação, O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB possui o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH cujo compromisso compreende investigar as políticas públicas em Direitos Humanos na perspectiva da construção da cidadania, em diálogo com os movimentos

sociais e os órgãos públicos de promoção e defesa dos Direitos Humanos, na avaliação, no acompanhamento e/ou monitoramento das políticas públicas. Dentre os objetivos específicos, podemos elencar:

- Investigar os processos de fundamentação teórica e política dos direitos humanos e sua relação com a democracia e com os processos históricos de construção da cidadania;
- Analisar as relações entre Estado, sociedade e educação, mediante investigações sobre a transversalidade das políticas públicas e das práticas sociais de educação em direitos humanos e suas interfaces nos processos culturais;
- Analisar a relação entre os direitos humanos, na sua pretensão de universalidade e as diferentes maneiras de realizar o ser humano e, portanto, a construção da cidadania a partir das diferenças sociais e culturais presentes num determinado território (TOSI, 2014, p.512).

Nesse aspecto, o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas estrutura-se na dialogicidade permanente entre direitos humanos, democracia e cidadania compreendendo a concepção de direito fundamentado através de uma prática social justa e controle democrático da sociedade civil organizada resultando na elaboração de normas mediadas pelos direitos humanos configurando um processo institucional e social de luta pela dignidade humana.

FIGURA 4 – Sala de projetos e reuniões do PPGDH



Fonte: Arquivo Projeto PIBIC 2016/2017 e 2017/2018

O número mínimo de créditos para a integralização do curso de Mestrado é de 22 (vinte e dois), distribuídos da seguinte forma: 12 créditos em disciplinas obrigatórias comuns a todos os mestrandos, independentemente de suas opções em linhas de pesquisa; 06 créditos em disciplinas obrigatórias por linhas de pesquisa e 04 créditos em disciplinas optativas ou em outras atividades acadêmicas. Observe-se a estrutura curricular, a seguir:

Quadro 7. Estrutura Curricular do Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PGDH

Disciplinas obrigatórias comuns	Créditos
Fundamentos Históricos e Epistemológicos dos Direitos Humanos	04
Políticas Públicas em Direitos Humanos	03
Metodologia da Pesquisa em Direitos Humanos	03
Seminário de Dissertação	02
Disciplinas obrigatórias específicas por linhas de pesquisa	Créditos
Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia	03
Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia na América Latina	03
Educação em Direitos Humanos I	03
Educação em Direitos Humanos II	03
Territórios, direitos humanos e diversidades socioculturais I	03
Territórios, direitos humanos e diversidades socioculturais II	03
Disciplinas optativas	Créditos
Tópicos Especiais em Direitos Humanos I	02
Tópicos Especiais em Direitos Humanos II	03
Tópicos Especiais em Direitos Humanos III	03
Tópicos Especiais em Direitos Humanos IV	03
Tópicos Especiais em Direitos Humanos V	03
Atividade Complementar	02
Atividades acadêmicas diversas	Créditos
Estágio Docência	02
Estudos especiais	02
Total geral dos créditos	22

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

A educação em direitos humanos visa possibilitar processos educativos dotados de criticidade e ativos que agucem a consciência das pessoas para seu papel enquanto cidadão e para atuação em conformidade ao respeito ao outro. Portanto, educar dentro de um contexto crítico-ativo representa modificar atitudes, condutas e convicções não meramente através da imposição de forma coercitiva, mas por formas democráticas de construção e de participação

que objetivem favorecer a experiência diária desses direitos. É nesse sentido, que ocorre a atuação do Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas que conta com o seguinte material produzido e analisado no recorte temporal proposto.

Quadro 8 – Dissertações produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH (2014 – 2017)⁶

ANO	Dissertações produzidas pelo PPGDH (2014-2017)
	A atuação do Brasil no conselho de direitos humanos da ONU à luz do princípio da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais
	Crime de desaparecimento forçado de pessoas: análise à luz da justiça de transição no Brasil.
	Juventude e educação em direitos humanos: uma relação presente no currículo do ProJovem Urbano de João Pessoa
	Enfretamento a tortura na atuação da polícia militar da Paraíba: dos mecanismos de controle às sentenças criminais contra polícias militares
	Análise do curso preparatório para agentes de segurança penitenciária feminina e sua relação com a formação em direitos humanos.
	Criminalização das vítimas do tráfico de órgãos pela legislação brasileira à luz do princípio da isonomia.
	A corrupção no Brasil e atuação do Ministério Público
	A arte censurada: teatro e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 à 1984
	O caso araguaia e o conflito entre a justiça de transição brasileira e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos
	Políticas públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB
	Educação de Adultos em Tempos de Violação aos Direitos Humanos das Palavras
	Freireanas Grávidas de Mundo para as Palavras Ocas de Vida do Mobral
	Os direitos das mulheres na construção dos marcos legais do aborto no Brasil
	Memorial das ligas camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos.
	Educação física e direitos humanos em prisões: uma análise das ações de educação física e esporte na educação de jovens e adultos em privação de liberdade
	Os direitos territoriais e culturais das populações quilombolas. um estudo comparado da expansão da zona urbana de João Pessoa sobre o quilombo de Paratibe
	Condomínio familiar informal: uma etnografia das estratégias de reprodução de famílias trabalhadoras no processo de urbanização de João Pessoa – Paraíba
	O papel do cliente no tráfico de crianças para fins de exploração sexual sob uma perspectiva multidisciplinar
	Educação em direitos humanos em práticas da pedagogia institucional: aprendizagem da democracia em conselho de classe
	Sujeito, direitos humanos e cidadania coletiva: o direito ao trabalho decente como garantia da dignidade do indivíduo.
	Literatura e direitos humanos: uma crítica social em os brutos de José Bezerra Gomes
	O conselho nacional de direitos humanos como instrumento de fortalecimento da democracia no brasil (2009/2012)
	Direito humano à memória da educação de adultos no brasil autoritário: documentos legais e narrativas de ex-participantes do Mobral (1967-1985).
	Assédio moral e homofobia: evidências da discriminação no ambiente de trabalho.

⁶ Embora 2015 seja o ano final do recorte temporal da pesquisa, o quadro se estende até 2017 devido à necessidade de apresentar a continuidade dos avanços.

2015	Educação em direitos humanos: memórias de uma experiência educacional vivenciada na escola dr. Antônio Pereira de Almeida - Santa Rita/PB
	A educação em direitos humanos na educação básica: a inclusão da disciplina de EDH no colégio marista pio x
	A democracia participativa e seus reflexos para a efetividade dos direitos humanos
	Educação em e para os direitos humanos em contextos de violências: vivências e ações no centro de atendimento às vítimas de violência– ceav-Bayeux- PB
	Produção discente do curso de especialização em educação integral em direitos humanos: o lugar da educação em direitos humanos no programa mais educação.
	Olha os pirangueiros!: territorialidade étnica e direitos humanos no município do Conde/ PB
	A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil: terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba
	Violência conjugal: símbolos e motivações do homem do interior do Ceará
	Do papai e mamãe à família homoafetiva: experiências de mães e pais lésbicas, gays e transexuais.
	A Inserção da Polícia Militar no Estado Democrático de Direito: há compatibilidade?
	A razão Metonímica, e o multiculturalismo e as políticas públicas - O exercício dos Direitos Fundamentais pelas minorias étnicas e culturais: a experiência dos remanescentes de quilombos no Estado da Paraíba.
	Discursos Médicos e Jurídicos sobre maconha no Brasil e na Paraíba: os contradiscursos no debate sobre as políticas de drogas à luz dos Direitos Humanos
	Salve a Jurema sagrada- Identidade e Direitos Humanos na religiosidade afro-ameríndia em Campina Grande – PB
	Das intervenções internacionais à responsabilidade de proteger: Análise da justificabilidade política, ética e jurídica das operações bélicas para proteção dos Direitos Humanos
	A internacionalização dos Direitos Humanos como cidadania universal.
	Alexis de Tocqueville entre o Antigo Regime e a Sociedade Democrática: O papel da religião e dos laços sociais.
	O que é ser policial militar?: percepções de policiais militares da paraíba sobre o "militarismo" na instituição
	Direitos humanos e autismo: entre as normativas de garantia e proteção e as políticas de inclusão da criança autista na rede municipal pública de João Pessoa
	Educação no Campo e Direitos Humanos: uma proposta contra hegemônica aos sujeitos do campo.
	A Ressignificação da Identidade Quilombola na Comunidade de Paratibe, João Pessoa - PB: uma análise a partir dos processos de resistência
	A proteção dos direitos humanos dos migrantes laborais em situação irregular no Brasil: análise do caso dos bolivianos explorados pela empresa Zara.
	A saúde no âmbito prisional feminino: análise acerca da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no contexto de João Pessoa/PB
	Exumando Verdades: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba
	Em nome do Estado: Crimes de tortura e violações de Direitos Humanos contra paraibanos(as) durante a Ditadura Civil-Militar.
	Uma análise Foucaultiana do racismo punitivo no Brasil: A construção simbólica de um Direito Penal do inimigo
	As práticas pedagógicas em Educação para os Direitos Humanos no Cotidiano da Escola Municipal Zumbi dos Palmares.
	Formação em Agronomia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco e Saberes Discentes sobre Direitos Humanos.

	Militância no Facebook como Enfrentamento ao Discurso do Ódio Análise da página de Jean Wyllys no combate à homofobia na web
	Lei Maria da Penha e garantia de direitos humanos: uma análise a partir de João Pessoa- Paraíba
	Padrões internacionais de proteção aos direitos humanos e as reconfigurações dos direitos territoriais no Brasil: mediações, interações e tensionamentos
	A escolarização de adolescentes privados de liberdade: desafios e perspectivas para a educação em direitos humanos
	"Corpos trans-tornados": um estudo sobre as transsexualidade e o projeto de lei 50021/2013 (lei João W. Nery)
	Coturno rosa e ordem unida? uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba
	Disciplinamentos, saberes e normatizações: o domínio sobre o corpo, sexo e sexualidade da mulher prostituta
	Educação em Direitos Humanos no Contexto das Relações Étnico-Raciais: desafios e perspectivas no encontro com a pedagogia freireana
	Justiça de transição e ministério público: o papel do ministério público federal brasileiro no debate do controle de convencionalidade sobre a lei de anistia
	Territórios em Conflito na Região Cariri Paraibano: análise na perspectiva dos Direitos Humanos
	Cárcere e Infância: o direito das Crianças de Mães Encarceradas
	A Lei nº 10.639/2003 e a Educação em Direitos Humanos em Prol da Cidadania Intercultural na Escola Quilombola Antônia do Socorro Silva Machado
	A atuação da ONG Amazona – Associação de Prevenção à Aids na Comunidade São Rafael: o (des) fazer juntos à luz da educação em Direitos Humanos
	Educação em Direitos Humanos e o Debate de Gênero no Sistema Público de Ensino Básico de Cajazeiras - PB: um Estudo sobre a (In)efetividade das Políticas Públicas Municipais em Educação
	Educação Popular em Direitos Humanos: A Fundação Margarida Maria Alves e o Curso de Formação de Juristas Populares
	Os Movimentos Sociais Urbanos e a Luta pelo Direito à Cidade: uma análise do Varadouro Cultural (João Pessoa - Paraíba)
	A educação na socioeducação: um olhar para as ações educativas no contexto da medida socioeducativa de internação numa unidade de privação de liberdade
	Um sonho afogado: ditadura civil-militar e movimento estudantil no estado da Paraíba - o caso de João Roberto Borges de Souza (1967-1969)
	O incidente de deslocamento de competência para a justiça federal e a sua efetividade na defesa dos direitos humanos: o caso Manoel Mattos
	Da lei de anistia (1979) ao programa nacional de direitos humanos - pndh - 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos
	Limites e possibilidades do estado plurinacional na Bolívia: um olhar a partir de Beni
	Cotidiano escolar, senso comum e prática pedagógica: educação em/para os direitos humanos na escola liceu paraibano

Fonte: Arquivo dos Projetos de Iniciação Científica: Memória Histórica de Instituições Educacionais em Direitos Humanos: O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2007-2015), PIBIC/UFPB/2016-2017 e PIBIC/UFPB/2017-2018.

Constatamos a grande demanda de dissertações produzidas totalizando setenta e duas o que destaca sua relevância, pois tem por objetivo divulgar a pesquisa para a comunidade acadêmica e sociedade possibilitando o conhecimento dos resultados de um trabalho de pesquisa e as inquietações que permearam a sua estruturação.

Nesse sentido, através deste Programa interdisciplinar, o olhar sobre os direitos humanos é construído através da abordagem de temas e questões específicas enriquecendo a capacidade de compreensão do tema dos direitos humanos, garantindo o caráter multifacetado da sua natureza. As produções analisadas demonstram que a educação em direitos humanos tem sido um importante canal no que diz respeito à construção e incorporação dos Direitos Humanos nos diferentes níveis/contextos.

Torna-se pertinente também, analisarmos a instituição e seu papel como referencial fundamental em uma sociedade, fazendo parte do projeto social de civilidade, correspondendo como instância organizacional existente. A relação existencial dos atores e dos sujeitos torna-se educativa nesta dialética evolutiva e complexa do “estar” para o “ser” uma instituição (MAGALHÃES, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, podemos inferir que a Organização das Nações Unidas (ONU) representou o fundamento preponderante na discussão, implementação e acompanhamento no que se refere aos direitos humanos. Isso deve-se a Declaração Universal de 1948, por ela promulgada, que constituiu um marco ético-jurídico-político de estruturação de uma cultura de respeito aos direitos humanos, em nível global.

Depreendemos que a história dos direitos humanos não foi marcada por uma linearidade, mas é produto da demanda de lutas pela dignidade humana compreendendo o ser humano dotado de direitos a desenvolver suas potencialidades.

Esse aspecto, remete ao processo de implantação dos direitos humanos no Brasil que, como os demais países da América Latina, teve no contexto de regimes autoritários o fomento para movimentos sociais como estratégia de resistência cultural às violações dos direitos humanos.

É nessa conjuntura, que a Educação em Direitos Humanos se inicia. Nas atuações de resistência à ditadura permeada pelo cerceamento das liberdades individuais, consolidando-se no transcorrer da transição democrática.

Tais atuações resultam, no Brasil, em leis gerais e planos de educação que situam a EDH como um processo multidimensional, pois promove “a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz” (BENEVIDES, 2007, p.346)

É nessa proposta que a Educação em Direitos Humanos, especialmente na UFPB, constitui-se em um processo cuja origem institucionaliza-se ao final dos anos de 1989, quando foi criada a Comissão dos Direitos do Homem e do Cidadão, ou seja, quase três décadas de existência.

Durante esse percurso, o Núcleo é instituído exercendo uma importância crucial, pois através de sua atuação regida pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a Educação em Direitos Humanos tem conseguido relevância por sua função transformadora priorizando, sobretudo, ações direcionadas a conscientizar, sensibilizar e orientar sobre as noções teóricas e práticas desses direitos. Representando meios necessários para a consolidação de uma consciência social e para efetivo exercício da cidadania. Visto que, “a educação é tanto um direito humano, em si mesmo, como é um meio indispensável para realizar outros direitos humanos” (PIOVESAN, 2006, p.97).

Contudo, a inserção dos direitos humanos nas instituições de ensino superior vem

ocorrendo no Brasil e na América Latina desde as últimas décadas do século XX, pelos acontecimentos que marcaram a história dessas localidades; pela luta pela transição da ditadura para a democracia que compreendeu as Universidades como espaços de resistência; pela institucionalização dos direitos humanos.

Desta forma, o NCDH teve como fator histórico-cultural e político a realidade social em que está inserido, pelo engajamento social de docentes, discentes, técnicos-administrativo e gestores no processo de transição e democratização da sociedade brasileira. Em consonância, a institucionalização dos direitos humanos nas instituições de ensino superior também aconteceu pela presença de experiências em Direitos Humanos no ensino, pesquisa e na extensão, assim como, o incentivo por parte de órgãos internacionais e do poder público, de editais, por parte do reconhecimento oficial da Universidade por meio de estatutos, corpo acadêmico, sites, vinculações institucionais, produções científicas, promoção de eventos e publicações de revistas.

Em concordância, a pedagogia institucional representada pela instituição educativa, ainda que compreendendo várias correntes de pensamento e de ações educativas, baseia-se na teoria da complexidade material, organizacional, social, antropológica, cultural e aponta a produção de um sentido, uma normatização, uma construção. Nesse esclarecimento, o NCDH da UFPB é uma instituição, embora sendo um órgão deliberativo, pois possui as seguintes dimensões: organizacional, social, antropológica e cultural. Entendemos que é uma instituição educativa dentro de uma macro instituição, a UFPB, com aspectos institucionais cruzados e que dialogam entre si.

Em consonância, as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo são ações de formação e instrução que guardam as noções de aprendizagem e de organização, pois, essas atividades se configuram como cursos de extensão, eventos, cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento, textos acadêmicos e livros, ou seja, uma racionalização organizacional das ações educativas.

A participação dos membros na elaboração, negociação, avaliação das ações educativas desenvolvidas pelo Núcleo cria caminhos para pesquisa, implicando observações, registros, leitura e reflexão dos e sobre os resultados que incorporam em relatórios de gestões de coordenadores dessa instituição, grupos de pesquisa e grupos temáticos com a finalidade de projetar, planejar, desenvolver e avaliar práticas educacionais em Direitos Humanos.

Dessa forma, as ações educacionais desenvolvidas pelo Núcleo colaboram para a comunidade acadêmica e sociedade dada a sua articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse contexto, os direitos humanos se configuram como eixo norteador despontando

das especificidades reais da sociedade possibilitando estudos e pesquisas que servem de incentivo.

Dado o exposto, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos assume o seu papel mediante sua contribuição específica e relevante compreendendo ações que implicam num esforço na formação de uma cidadania atuante empenhada em viabilizar a defesa e difusão de uma cultura de tolerância, de apreço aos direitos fundamentais e da promoção de uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marco Antonio R. Memória e verdade e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria G. et al. (Orgs). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.157-168.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Maria Godoy et al (Orgs). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.335-350.

BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.7-37.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh3>. Acesso em: 20 abr.2017.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO,2007.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pndeh2/pndeh2.pdf>. Acesso em: 28 jun.2018

CARBONARI, Paulo César. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, Maria Godoy et al (ORGs). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.169-186.

CARVALHO, Maria Elizete G. (Org). **Educação e direitos humanos: estudos e experiências**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. Os 60 anos da Declaração na Constituição. In: BRASIL, Presidência da República. **Brasil direitos humanos: a realidade do país aos 60 anos da declaração universal**. Brasília: SEDH, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Aprova o Regulamento e a Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, em nível de Mestrado Acadêmico, sob a responsabilidade do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Resolução nº 41, de 28 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgdh/wp-content/uploads/2014/11/RESOLUCAO-42.2011-CONSEPE.-REGULAMENTO-PPGDH.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

DALLARI, Dalmo de Alves. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, Maria Godoy et al (ORGs). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.29-49.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB**. IN: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal/RN, 14p.

FLORES, Elio C.; FERREIRA, Lúcia de Fátima G.; MELO, Vilma de Lurdes B. **Educação em direitos humanos & educação pra os direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FREITAS, Fábio F.B. Educação para os direitos humanos: qual pedagogia? In: ZENAIDE, Maria de Nazaré T. et al.(Orgs). **A formação em direitos humanos na universidade: ensino, pesquisa e extensão**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2006.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964- 1985)**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric J. O século: vista aérea. In: HOBSBAWN, Eric. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.11-15.

KREUTZ, Lúcio; POLETO, Maria Julia Tomedi. Representações e cultura escolar compondo uma história: o processo identitário do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956-1972). **Revista Brasileira de História Educacional**, Maringá-PR, V.16, n.3(42), p. 246-267, Jul./Set. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed, Campinas: UNICAMP, 2003. p.419-471.

LIMA, Juliana A.D. de. **História de vida professoral de Mario Moacyr Porto: a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950-1969)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, 132p.

MACEDO, G. **Educação em direitos humanos: um ponto de partida**. In: CARVALHO, Maria Elizete G (Org.). **História, educação e direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011

MAGALHÃES, Justino P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAIA, Luciano Mariz. Educação em Direitos Humanos e tratados internacionais de direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico metodológicos**. Joao Pessoa-PB, Editora Universitária, 2007.

MARINHO, David Glasiel Azevedo. **Vozes de uma história interdita: a educação popular e os direitos humanos na práxis da CEPLAR 1960-1964**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba/UFPB, João Pessoa-PB.

MONTEIRO, Aida; ZENAIDE, Maria de Nazaré T.; VIOLA, Solon Eduardo A. Diretrizes para a educação em direitos humanos na educação superior: alguns subsídios. In: TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. T. (Orgs.). **A Formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 161-174.

PIOVESAN, Flávia. Concepção Contemporânea de direitos humanos. IN: HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela (Orgs). **A educação entre os direitos humanos**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação e direitos humanos no Brasil: da ditadura a atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa-PB, Editora Universitária, 2007.

SANTOS, Luciana T. M; BARBOSA, Maria das Graças C. B; CARVALHO, Maria Elizete G; ROCHA, Patrícia A. Enlaces de uma proposta sensível aos direitos humanos: o direito à memória para além do presente contínuo. In: CARVALHO, Maria Elizete G.(Org.) **Discursos e sensibilidades em educação em direitos humanos** . João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

SANTOS, Márcia Pereira dos. **História e memória: desafios de uma relação teórica**. OPSIS, v.7,n.9, jul-dez,2007.

TAVARES,Celma. Educar em Direitos Humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa-PB, Editora Universitária, 2007.

TOSI, G.; ZENAIDE, M. N. T. Os direitos humanos na Educação Superior no Brasil: Tendências e Desafios. In: TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. T. (Orgs.). **A Formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 27- 65.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos Humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: SILVEIRA, Maria Godoy et al (ORGs). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.119-133..

ZENAIDE, Maria de Nazaré T. et al.(Orgs). **A formação em direitos humanos na universidade: ensino, pesquisa e extensão**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2006.

_____, Maria de Nazaré. Educação em direitos humanos no Brasil. In: **Educação com ênfase em Direitos Humanos-Salto para o futuro**.TV Escola, Ano XXIII, Boletim 24, Nov.2013.

_____, Maria de Nazaré. Currículo e formação na educação em e para os direitos humanos. In: ANDRADE, Fernando C.B; RECHEMBACH, Fabiana (Orgs). **Contribuições à educação em direitos humanos na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2016, p.15-27.

_____, Maria de Nazaré. Introdução. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa-PB, Editora Universitária, 2007.p.15-25.

_____, Maria de Nazaré. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela questão dos direitos humanos na UFPB**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba/UFPB, João Pessoa-PB.

